CULTURA SEM EDUCAÇÃO

Simon Schwartzman

(1985)

I

Nos velhos tempos, cultura era entendida como parte inseparável da educação. Diz Mário Bunge, conhecido filósofo da ciência, que “o surgimento e a difusão da superstição, pseudociência, e anti-ciência são fenômenos psicossociais importantes que necessitam ser pesquisados cientificamente e mesmo utilizados como indicadores do estado de saúde de uma cultura". Na concepção de Bunge, que muitos denominam hoje, com certo desdém, de "iluminista," nem todas as culturas se equivalem, e haveria uma tarefa importante a desempenhar nesta esfera, que é fazer a cultura melhorar seu "estado de saúde", ou seja, passar da ignorância e superstição para formas de conhecimento mais válidas e civilizadas. Bunge fala somente de conhecimento cientifico, mas o raciocínio poderia ser aplicado às artes, literatura, uso da linguagem, música. Em todas estas esferas de atividade humana haveria uma diferença profunda entre o bom e o ruim, o melhor e o pior, e o trabalho cultural deveria ser, por isto, inseparável do trabalho educacional..

Tudo tão fora de moda! É verdade que em educação ainda existe hoje, no Brasil, algo desta ideia antiga, ou seja, a noção de que seu objetivo é fazer as pessoas passarem de um estágio menos educado (e por isto inferior) a outro mais educado (e por isto superior). Na cultura, no entanto, ela parece ter sido completamente ultrapassada. Existem ainda algumas diferenças de valor, mas muito débeis e inconsistentes entre si. São consideradas positivas as coisas nossas, brasileiras e autenticas (como o samba e a macumba) e jovens (como o rock e a Coca-Cola), em contraposição às estrangeiras, artificiais e envelhecidas, de elite ou modernosas. Nos últimos tempos o ecológico e "natural" (como a comida macrobiótica e a homeopatia) também têm ganho algum prestigio.

É claro que tudo isto traz uma grande confusão, já que todos gostariam de ser a favor dos jovens, nacionais, autênticos, ecológicos, etc., mas estas coisas frequentemente se contradizem. O que tem levado os mais argutos e radicais a apelarem para "o povo" ou desistirem, de uma vez por todas, de tratar de estabelecer padrões sobre o que é bom e o que não e, em matéria de cultura. Tudo o que "o povo" quer e faz, nesta perspectiva, seria bom, valioso e sábio. Mas quem é, na realidade, este “povo”, por um lado detentor da sabedoria mais profunda, mas por outro tão desorganizado, manipulado pelos meios de comunicação de massas, vivendo há anos sem liberdade, sem escolas, etc.? São perguntas cujas respostas não podem ser buscadas, porque isto já implicaria distinguir algumas manifestações populares como melhores, mais genuínas e válidas do que outras. Nesta visão, tratar de estabelecer qualquer tipo de hierarquia de valores em matéria de cultura seria uma atitude elitista e autoritária, e por isto mesmo inaceitável. Seria patrulhamento, e é claro que não pode haver nada mais careta.

É assim que desaparece, finalmente, qualquer resquício da noção iluminista de cultura. Se combinamos o que descrevemos acima com o crescimento, nos últimos anos, de uma grande indústria cultural" no país, em grande parte subsidiada pelo Estado e acompanhada de uma correspondente burocracia governamental para alimentá-la, chegamos finalmente à grande conclusão: cultura, em última análise, é aquilo que fazem os industriais da cultura, ou aqueles a que o Estado financia.

Seria evidentemente injusto supor que a separação do Ministério da Cultura do da Educação esteja sendo feita por esta razão, ou que a união que existe desde 1946 entre estas duas áreas (quando "cultura" substituiu a

"saúde" ao lado da educação) tivesse garantido, de alguma forma, que a cultura recebesse o tratamento de que necessitava. A lógica de separar a cultura da educação não é distinta, em principio, da de separar também a ciência e tecnologia da educação e da cultura. São atividades que cresceram muito, e por isto podem merecer tratamento diferenciado. O que é importante é que esta separação não consagre, por inadvertência, o vale-tudo cultural e intelectual que se instalou no país nos últimos anos, e que certamente deixaria a Mário Bunge nervoso.

Este vale tudo não é, simplesmente, o resultado de oportunismo ou interesses mal disfarçados. Ele têm raízes intelectuais e éticas bastante profundas, que explicam muito do seu fascínio. É o que examinaremos a seguir.

II

A idéia de que existem formas de cultura e conhecimento que são superiores a outras é ao mesmo tempo atrativa e repulsiva. Por um lado, ela está ligada à noção de progresso e aperfeiçoamento continuo da espécie humana. Todo o pensamento ocidental está impregnado da noção de que é possível evoluir de formas menos dignas e satisfatórias para formas melhores de vida, e que esta evolução passa, necessariamente, pela incorporação de novos conhecimentos e formas superiores de vida cultural e emocional. É compreensível que, em países onde os problemas mais básicos de saúde, alimentação e liberdade individual já estejam equacionados, esta perspectiva de progresso possa parecer ilusória ou desnecessária. No Brasil, no entanto, com seus problemas tão à mostra, pareceria óbvio que o país precisa progredir, e que este progresso passa, necessariamente, por melhorias significativas em nossa cultura e educação, ainda que não dependa, evidentemente, só disto.

Por outro lado, no entanto, a idéia de progresso é utilizada com muita frequência para impor os padrões, valores e formas de vida de determinados grupos sociais sobre outros. É em nome do progresso, ou da "civilização", que sociedades inteiras foram destruídas, atividades religiosas, culturais e artísticas foram reprimidas, pessoas foram impedidas de utilizar sua língua materna. É em nome do progresso que os índios brasileiros foram e continuam a ser dizimados. Na maioria das vezes, estas ações "civilizatórias" mal escondem os interesses de exploração e a luta pelo poder. Chamar a atenção para o fato de que podem e devem haver formas culturais, linguísticas, éticas, religiosas diferentes, e que todas em principio têm o mesmo valor, é retirar a legitimidade destas formas mais ou menos disfarçadas de opressão. A antropologia teve um papel da maior importância neste trabalho de colocar em dúvida as certezas da superioridade do homem branco e europeu.

Uma segunda explicação para o descrédito das ideias de progresso é o fracasso que tem havido, no Brasil como em outros países, das tentativas de levá-las ao povo. Exemplos não faltam. Nas escolas primarias, metade dos alunos saem sem chegar a aprender a ler ou escrever. A Igreja, que achava que tinha no Brasil uma população católica (e considerava o catolicismo como mais avançado que as religiões mágicas de origem africana) já não insiste mais em combater o sincretismo. As esquerdas intelectuais, que nos anos 50 e 60 tratavam de “elevar o nível de consciência das massas” através de iniciativas como o Movimento de Cultura Popular, hoje sentem vergonha em utilizar estes termos. Os meios de comunicação de massas rompem a barreira que existia entre as conquistas da ciência e os embustes da pseudociência, e para o público é tão fantástica a telepatia quanto a comunicação por satélites, tanto a nova droga que cura a hipertensão quanto o remédio contra o câncer descoberto por aquele professor do interior do Sergipe; que as classes dominantes e os laboratórios multinacionais tratam de esconder.

Em contraste com estes fracassos, estão os sucessos dos que buscam, tanto quanto podem, um contato mais direto com os sentimentos, a linguagem e os valores do povo. Aqui também existe de tudo. Não podemos esquecer Mário de Andrade, que dedicou sua vida e extraordinária cultura e inteligência a tratar de identificar, naquilo que

fosse autenticamente brasileiro, as bases para uma participação mais verdadeira e efetiva do pais no mundo contemporâneo. Este contato com o que há de mais autêntico e original da cultura brasileira está na base de alguns dos momentos mais significativos de nossa literatura, de Jorge Amado a Gilberto Freire, de Guimarães Rosa a João Cabral de Melo Neto. Há quem veja na nova literatura latino-americana, tipificada pelo "realismo fantástico" do Macondo de Garcia Marques, o único caminho válido para a construção de uma cultura latino-americana realmente própria e que seria, inclusive, muito superior à da Europa e dos países ocidentais, cuja crise seria evidente para todos.

O combate à idéia de progresso não leva pois, somente, ao relativismo, mas até mesmo a uma nova escala de valores, só que invertida. Nesta perspectiva, existiria um valor mais alto escondido, de forma implícita, na cultura latino-americana e, de maneira geral, na dos povos primitivos e não ocidentais. São estes valores mais altos que deveriam ser descobertos e identificados, e este seria o trabalho cultural mais importante a ser desenvolvido em nossos países. Esta cultura não teria muita relação, evidentemente, com o tipo de educação que ainda predomina em nossas escolas.

É uma idéia generosa, tanto quanto a do ideal mais tradicional de progresso, ao qual se opõe. No entanto ela é vitima, tanto quanto este, de perversões.

III

O relativismo cultural quando levado a seu extremo, assim como a busca de uma cultura autenticamente nacional e popular, que pudesse se contrapor às formas mais convencionais e cultura "ocidental" ou "erudita", estão sujeitos a pelo menos três tipos importantes de perversão.

A primeira perversão é a politização generalizada da atividade cultural. O raciocínio é simples. Se a cultura define o estilo de vida e o modo de pensar de um povo ou grupo social, levar a cultura de uns para outros seria uma forma de imposição, um exercício de poder que se exerce sobre a própria mente das pessoas. Em outras palavras, o trabalho cultural seria sempre um exercício de hegemonia, que deveria ser combatido politicamente, pela sua denuncia, ou pela criação de formas culturais antagônicas. Quem ver nesta linha de raciocínio um renascimento das velhas teses do "realismo socialista", segundo a qual existiria uma arte proletária, socialista, etc., e outra burguesa, não estará muito longe da verdade. O que faz desta maneira de pensar uma perversão não são as relações que se busca entre formas de cultura e formas de exercício de dominação, que certamente existem, mas a utilização exclusiva de critérios políticos na avaliação da atividade cultural. Segundo esta visão, boa cultura é a minha e de meus amigos, e má a dos outros. O resto é tapeação. O que esta perversão tem de tentadora é que ela exime os produtores de cultura de qualquer exigência de competência e qualidade

A segunda perversão é o oportunismo desenfreado que esta postura permite. Se tudo é poder, e se não existem atividades culturais mais valiosas do que outras, como distribuir os recursos para seu financiamento? Uma das soluções óbvias é deixar de considerar a cultura como de interesse social e governamental, e entregá-la ao livre jogo da iniciativa privada. Se o teatro e a música clássica estão morrendo por falta de público, o rock e o cine pornô estão crescendo, e ninguém deve dizer ao povo o que ele deve preferir. É uma solução que tem pelo menos a vantagem de não gastar recursos públicos em atividades discutíveis. Sem um mercado ou uma politica cultural com valores claros, o que termina acontecendo é o repasse puro e simples de recursos públicos para os grupos mais ativos e capazes de ocupar espaço junto às instituições de financiamento da cultura e da arte, seja pelo método que for. O

resultado é que, de fato, pouco resta da cultura além do simples jogo de interesses para o controle dos recursos públicos, ainda que muitas vezes mascarado por uma justificação ideológica qualquer.

A terceira perversão é o paternalismo que vem de fora. No passado, os homens de cultura da Europa olhavam para o resto do mundo com um misto de pena, repugnância e espírito evangélico. Hoje, com a difusão do relativismo cultural e a critica à cultura e ciência ocidentais, o paternalismo adquire um outro sentido. Se os países desenvolvidos estão em crise, há que buscar as grandes verdades no terceiro mundo. Ha que ir à Índia, a Ixtilan, à Selva Amazônica, ao coração da África, para encontrar lá as grandes verdades que a civilização ocidental ocultou por tanto tempo. O casamento entre o homem do centro com sentimento de culpa e o homem da periferia com senso de oportunidade (ou oportunismo) é perfeito, e é neste terreno que brotam férteis os gurus, os primitivos, os folclóricos, e todos aqueles que se prestam, sem maiores problemas, a dizer e dar aos "gringos" aquilo que eles querem. Nesta situação, qualquer esforço em desenvolver, nestas regiões e países exóticos, formas de conhecimento e cultura mais elaborados e em contato com a cultura ocidental é considerado alienado, absurdo e, em última análise, impossível, já que na realidade estas formas culturais não estão, mesmo, ao alcance dos primitivos. E é desta forma que o circulo se fecha: o que começa como abertura de espírito e respeito pelos valores e tradições alheias termina como uma forma mais velada e sutil de reafirmação do velho colonialismo cultural

Qual a saída? É claro que não é possível mais voltar ao etnocentrismo ingênuo do passado, e deixar de lado toda a riqueza produzida pelo alargamento de horizontes trazido pela antropologia e, em geral, pela descoberta da riqueza cultural e intelectual de tantas sociedades distintas da tradição ocidental. Também é ingênua a busca de uma "identidade nacional" supostamente mais verdadeira, que nos proporcionasse uma alternativa. Não é mais possível imaginar, hoje, que possamos chegar a cânones indiscutíveis para a avaliação da atividade cultural e artística, quando estes cânones estão em discussão dentro do próprio conhecimento científico. No entanto, existem cânones específicos para as diversas áreas de trabalho cultural, que servem de referência para as coisas novas que vão surgindo. Por exemplo, quem trabalha em cinema não tem dificuldade em distinguir um bom de um mau filme, dentro das diversas formas, estilos e tradições em que os filmes são feitos em diversos países, e apesar de eventuais discordâncias.

Qualquer política cultural digna deste nome deve ter, como uma de suas duas tarefas mais importantes, a de manter, consolidar e expandir estas tradições de trabalho que existem ou podem surgir no pais. Algumas destas tradições serão autóctones, com forte coloração nacional. Outras farão parte da cultura universal, da qual também fazemos parte. Trata-se, essencialmente, de fazer escola, no sentido pleno desta expressão: lugares em que as pessoas estudem, pesquisem, ensinem, conheçam o que se faz no resto do mundo e mantenham vivas as tradições, e expandem seus horizontes. A segunda tarefa é o apoio direto ao artista, ao criador da cultura, que será na maior parte dos casos formado por estas escolas, mas muitas vezes surgirá à margem ou em contraposição a elas.

É indispensável que exista controle de qualidade do trabalho artístico e cultural, e este controle só pode ser exercido pela critica desenvolvida por especialistas formados nas diferentes tradições de trabalho do país e do exterior. É esta critica que gera o fermento de ideias em que as reputações são formadas, os talentos descobertos, e o charlatanismo desmistificado. É a ela também que cabe, em cada caso, fazer ressaltar os condicionantes políticos, sociais, psicológicos e econômicos associados a todas as formas de atividade artística e cultural. Existe, finalmente, uma terceira tarefa também importante, mas subsidiária, que é a da preservação do patrimônio artístico e cultural do pais. Levar à frente estas três tarefas significa reestabelecer, de forma verdadeira, a vinculação entre educação e cultura, que por tantos anos existiu entre nós somente no papel.